

10, 11 e 12 de novembro de 2025

POLITÉCNICO DO PORTO / ISCAP
PORTO - PORTUGAL

**O ACESSO À INFORMAÇÃO NO CONTEXTO CARCERÁRIO DO
SISTEMA PRISIONAL DO BRASIL: ESTUDOS NA ÁREA A CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO**

**Ângelo Augusto Abdalla Sastos, Universidade Federal da Bahia, 0009-0008-9465-860X,
Brasil, angeloabdallaadv@gmail.com**

José Carlos Sales dos Santos, Universidade Federal da Bahia, <https://orcid.org/0000-0003-1758-3639> , Brasil, jsalles@ufba.br

Jaqueline Silva de Souza, Universidade Federal da Bahia , <https://orcid.org/0000-0001-5743-780X> , Brasil, jaquelinesou@gmail.com

Eixos Temáticos: Impactos Sociais

Resumo: O sistema prisional brasileiro enfrenta desafios históricos, como superlotação, violência e falta de políticas eficazes de ressocialização. A garantia do acesso à informação educacional é um direito previsto na Lei de Execução Penal (LEP, 1984), mas ainda negligenciado. Assim, o problema que motiva esta investigação, consiste em responder à seguinte pergunta: como está sendo estudado, na área da ciência da informação, o acesso à informação das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional do Brasil?. Dessa forma, desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica de nível descritivo e natureza qualitativa, na plataforma Brapci. Os resultados indicaram que a temática ainda é emergente. Considera-se assim, a necessidade de uma ampliação da literatura da área e sugere novos estudos.

Palavras-chave: Acesso à Informação, Sistema Prisional, Ciência da Informação, Pesquisa Bibliográfica.

Resumen: El sistema penitenciario brasileño enfrenta desafíos históricos, como el hacinamiento, la violencia y la falta de políticas efectivas de resocialización. La garantía del acceso a la información educativa es un derecho previsto en la Ley de Ejecución Penal (LEP, 1984), pero aún desatendido. Así, el problema que motiva esta investigación consiste en responder a la siguiente pregunta: ¿cómo se está estudiando, en el área de la Ciencia de la Información, el acceso a la información de las personas privadas de libertad en el sistema penitenciario de Brasil? Para ello, se desarrolló una investigación bibliográfica de nivel descriptivo y naturaleza cualitativa en la plataforma Brapci. Los resultados indicaron que la temática aún es emergente. Por lo tanto, se considera necesaria una ampliación de la literatura en el área y se sugieren nuevos estudios.

Palabras clave: Acceso a la Información, Sistema Penitenciario, Ciencia de la Información, Investigación Bibliográfica.

1 Introdução

O sistema prisional desempenha um papel crucial na sociedade, não apenas como uma medida de proteção, mas também como uma oportunidade de reabilitação e reintegração dos indivíduos à sociedade. No entanto, esse processo enfrenta uma série de desafios e complexidades que variam de acordo com as políticas e práticas adotadas em diferentes estados brasileiros. Com uma população carcerária com mais de 12 mil detentos, segundo a Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização (SEAP, 2023), a Bahia está entre os estados com maior contingente de público em suas unidades prisionais. O sistema prisional deve ter como um de seus principais objetivos a reabilitação dos detentos, fornecendo-lhes as ferramentas e oportunidades permitidas para se tornarem cidadãos produtivos e responsáveis após o cumprimento da pena. A reinserção bem-sucedida de presos na sociedade não é apenas benéfica para os indivíduos privados de liberdade que estão em ressocialização, mas também para a sociedade como um todo, pois contribui para a redução da reincidência criminal e a criação de comunidades mais seguras e resilientes.

Apesar de estar previsto no artigo 21 da Lei de Execução Penal (LEP) 7.210, de 11 de julho de 1984, que cada estabelecimento prisional deve

ser equipado com uma biblioteca que disponha de livros instrutivos, recreativos e didáticos para uso de todos os ressocializandos. Atualmente nem todas as unidades prisionais contam com uma biblioteca de qualidade. Esta mesma Lei prevê em seu artigo 41, inciso XV, que as pessoas privadas de liberdade devem ter contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita, da leitura e de outros meios de informação que não comprometam a moral e os bons costumes. Assim, as legislações informam que os apenados têm direitos de acesso à informação através das fontes disponibilizadas no ambiente prisional, ainda que, por questões de segurança, tais direitos podem ser restringidos legalmente.

De acordo com Zamite e Grigoletto (2022), os aportes teóricos e metodológicos desenvolvidos pela Ciência da Informação (CI) podem ser utilizados pelo sistema prisional brasileiro no processo de fomento e melhoria das condições necessárias para viabilizar o acesso à informação as pessoas privadas de liberdade.

Em setembro de 2015 os chefes de Estado e de Governo e altos representantes, reuniram-se na sede das Nações Unidas em Nova York para a criação dos novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a Agenda 2030. Um novo horizonte que vislumbra um mundo mais justo, pacífico e sustentável. Nesse contexto, os 17 ODS buscam concretizar

os direitos humanos de todos. Destaca-se os ODS indicados nos itens: 4 -educação de qualidade e o 16- paz, justiça e instituições eficazes para a promoção de sociedades justas, pacíficas e inclusivas. Esses elementos não são independentes, mas sim interdependentes, formando uma base sólida sobre qual futuro melhor poderá ser construído.

Visualizando esse cenário, o objetivo da presente pesquisa é apresentar estudos, na área da ciência da informação (CI), que abordem sobre o acesso à informação das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional do Brasil.

2 Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis da Agenda 2030

Os Objetivos de Desenvolvimentos Sustentáveis (ODS) da agenda 2030 da Organizações das Nações Unidas (ONU) são suma relevância para a construção de uma sociedade justa e equitativa, onde todas as pessoas possam desfrutar dos mesmos direitos e oportunidades. Enfatizamos nesta investigação os ODS: 4 -educação de qualidade e o 16- paz, justiça e instituições eficazes para a promoção de sociedades justas, pacíficas e inclusivas.

Figura 1: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



Fonte: ONU (2025). <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>

A meta 16.10, que visa "assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais". Este princípio assume especial relevância quando aplicado ao sistema prisional brasileiro, onde o acesso à informação se configura não apenas como um direito fundamental, mas como ferramenta essencial para a ressocialização de pessoas privadas de liberdade.

No contexto carcerário, a Meta 16.10 apresenta três dimensões fundamentais. Primeiramente, ela reforça o princípio da transparência ativa, exigindo que informações sobre as condições prisionais, como dados sobre superlotação, oferta educacional e procedimentos disciplinares, sejam disponibilizadas para fiscalização social. Contudo, a realidade brasileira mostra-se distante desse ideal, com apenas 18% dos presídios divulgando informações detalhadas

sobre sua estrutura e funcionamento (CNJ, 2023).

Em segundo lugar, a meta enfatiza a necessidade de políticas que garantam efetivamente o acesso à informação educacional e jurídica. Embora a LEP, Art. 41, XV já assegure formalmente esse direito, sua implementação esbarra em desafios estruturais. Pesquisas demonstram disparidades regionais significativas: enquanto unidades prisionais em São Paulo contam com programas consolidados de remição pela leitura, na Bahia apenas 30% das unidades possuem bibliotecas em condições adequadas de funcionamento (SEAP, 2023).

A terceira dimensão diz respeito ao equilíbrio necessário entre segurança e direitos fundamentais. A meta 16.10 reconhece que restrições podem ser aplicadas para preservar a ordem prisional, mas adverte contra a censura indiscriminada. Experiências internacionais, como o modelo sueco que permite acesso monitorado à internet para fins educacionais (Relatório PEN, 2022), demonstram que é possível conciliar esses interesses aparentemente conflitantes.

No entanto, a implementação desses princípios no Brasil enfrenta obstáculos significativos. Além das assimetrias regionais já mencionadas, persistem barreiras culturais que concebem as pessoas privadas de liberdade como "não

merecedores" de informação qualificada. A ausência de mecanismos eficazes de fiscalização e avaliação do acesso à informação no sistema prisional agrava esse cenário, tornando urgente a criação de indicadores específicos para monitorar o cumprimento da meta 16.10 nesse contexto.

Neste sentido, pesquisas como a presente assumem dupla relevância. Por um lado, contribuem para o mapeamento das barreiras que impedem a efetivação do direito à informação nas unidades prisionais. Por outro, oferecem subsídios para a formulação de políticas públicas baseadas em evidências, capazes de transformar os princípios da Agenda 2030 em realidade concreta. A criação de um índice de acesso à informação prisional, contemplando variáveis como disponibilidade de bibliotecas, carga horária de atividades educativas e existência de protocolos contra censura arbitrária, representa uma proposta alinhada com esse objetivo.

Desafios do sistema da justiça criminal são noticiados diariamente nos telejornais regionais e também em rede nacional o que apontam as dificuldades enfrentadas no sistema prisional e consequentemente afetam as pessoas privadas de liberdade.

A pesquisa realizada por Gomes (2023), de análise de dados oficiais relacionada ao sistema carcerário brasileiro, apresentou

conceitos e aspectos legais sobre política nacional de atenção à pessoa egressa do conselho nacional de Justiça. E assim, seus resultados indicaram os desafios enfrentados para a reintegração e a ressocialização dos ex-detentos e a redução da reincidência criminal.

A Ressocialização tem como maior objetivo a redução da reincidência criminal para uma sociedade com menor índice de violência e criminalidade.

O artigo "Acesso à leitura e remição de pena no Brasil: uma análise crítica visando a agenda 2030 da ONU" elaborado por Cinque e Almeida (2020) aborda a importância da leitura como um meio fundamental para o desenvolvimento do comportamento humano, permitindo a compreensão e interpretação do mundo e dos símbolos ao redor.

O comportamento informacional, segundo Thomas D. Wilson (2000), está relacionado à busca, ao uso e ao manejo de informações. Emerge como uma solução epistêmica às limitações das primeiras pesquisas dedicadas aos estudos de usuário, e representa um expressivo aumento de comunicações científicas dedicadas à revisão conceitual, metodológica ou infométrica.

A "Pedagogia do Oprimido" de Paulo Freire é uma importante referência, pois marcou profundamente a educação e a teoria

pedagógica. Foi lançada em 1968 e trouxe conceitos inovadores que desafiaram as práticas educacionais convencionais, propondo uma abordagem mais participativa e libertadora.

A obra citada de autoria de Freire, lançada há mais de 50 anos é considerada de temática atual. Pois, nosso país ainda enfrenta problemas educacionais.

A publicação "Prisão numa Abordagem Interdisciplinar" de autoria de Coelho e Carvalho Filho (2012), fornece uma análise crítica e abrangente do sistema prisional, destacando a importância de uma perspectiva interdisciplinar para compreender e abordar os desafios enfrentados por indivíduos que passam pelo sistema de justiça criminal. Este aponta que o acesso à leitura deveria ser garantido para todas as pessoas, independentemente de serem livres ou reclusas. No entanto, no Brasil, a realidade do acesso à leitura no sistema prisional enfrenta desafios devido à crise nesse sistema.

3 Procedimentos Metodológicos

Para atender o objetivo da presente pesquisa em apresentar estudos, na área da CI, que abordem sobre o acesso à informação das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional do Brasil. Estabeleceu-se a técnica de

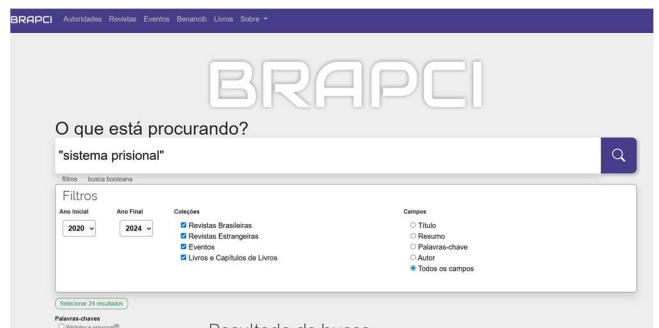
pesquisa bibliográfica que é realizada em etapas de delimitação das fontes bibliográficas de tempo e lugar do objeto de pesquisa, que estabelece as palavras-chave para realizar a busca. Segundo a afirmação de Boccato (2006), busca o levantamento e análise crítica dos documentos publicados sobre o tema a ser pesquisado com intuito de atualizar, desenvolver o conhecimento e contribuir com a realização da pesquisa.

A investigação possui o nível descritivo que segundo Gil (2008), descreve as características de determinadas populações ou fenômenos. De pesquisa qualitativa, que de acordo com Creswell (2007, p. 187), é fundamentalmente interpretativa, ou seja, o pesquisador faz uma interpretação dos dados partindo de uma visão holística dos fenômenos sociais

Dessa forma, realizou-se um levantamento bibliográfico na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI] utilizando-se os termos “*sistema prisional*”, com o filtro de pesquisa realizada nos anos, entre o período de 2020 a 2024. Optou-se pela busca por todos os campos, recuperando-se 15 documentos.

4 Resultados

Figura 2: Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI]



Fonte: <https://brapci.inf.br/#/> (2025)

Segue quadro 1 com os documentos identificados:

Quadro 1: Documentos

N	Autor	Titulo/ Link	Ano/ Documento
1	Marlene Menezes de Souza Teixeira. Shura do Prado Farias Borges. Shura do Prado Farias Borges	DESAFIOS E ACEITAÇÃO DO EXAME PAPANICOLAU DA MULHER RECLUSA https://brapci.inf.br/#/v/161049	2021 Artigo
2	Alex Medeiros Kornalewski Francisco Ramos de Farias	Da plasticidade do crime ao acesso à informação em relatos de homicídios: vicissitudes decorrentes de experiências violentas https://brapci.inf.br/#/v/158988	2021 Artigo
3	Mayrly Aparecida Araújo Moreira Vitória Gomes Almeida	Descolonizando a Justiça, Democratizando a Informação: apontamentos sobre cárcere e bibliotecas prisionais https://brapci.inf.br/#/v/160801	2021 Artigo

4	Adriana Isidório da Silva Zamite. Maira Cristina Grigoletto. Lucileide Andrade de Lima do Nascimento.	O PAPEL DA CIÊNCIA NO COMPARTILHAMENTO DE INFORMAÇÕES SOBRE REALIDADES PERIFÉRICAS: EMBRASSANDO O FOCO A BIBLIOTECA PRISIONAL https://brapci.inf.br/#/v/200540	2022 Artigo	9	Andreza Gonçalves BarbosaNascimento da Silveira	POLÍTICAS PÚBLICAS DE RESSOCIALIZAÇÃO: PROBLEMATIZANDO AS CONDIÇÕES DE ACESSO À INFORMAÇÃO, À EDUCAÇÃO E AO TRABALHO NO AMBIENTE PRISIONAL https://brapci.inf.br/#/v/257976	2023 Artigo
5	Francisca Liliana Martins de Sousa	MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO CÁRCERE: atuação do bibliotecário para reinserção social dos apenados https://brapci.inf.br/#/v/170434	2022 Artigo	10	Francisca Liliana Martins de Sousa Maria Giovanna Guedes Farias	DESAFIOS DA ATUAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO NA BIBLIOTECA PRISIONAL BRASILEIRA https://brapci.inf.br/#/v/225590	2023 Artigo
6	Adriana Isidório da Silva Zamite Maira Cristina Grigoletto	Informação no cárcere: direitos e garantias dos apenados do regime fechado do sistema penal do Estado do Espírito Santo https://brapci.inf.br/#/v/197950	2022 Artigo	11	Francisca Liliana Martins de Sousa Maria Giovanna Guedes Farias	Information mediation in prison: library praxis for the social reinsertion of prisoners https://brapci.inf.br/#/v/210980	2023 Artigo
7	Adriana Isidório da Silva Zamitea Maira Cristina Grigoletob	BIBLIOTECA PRISIONAL EM FOCO: DAS PRÁTICAS BIBLIOTECÁRIAS AOS ESTUDOS NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO https://brapci.inf.br/#/v/228591	2022 Artigo	12	Nayra Lorhanne Caldeira Bertoleza; Carlos Henrique	A remição de pena pela leitura na região metropolitana do Rio de Janeiro através das representações sociais dos sujeitos envolvidos https://www.brapci.inf.br/v/342127	2024 Artigo
8	Adriana Isidório da Silva Zamitea Maira Cristina Grigoletob Lucileide Andrade de Lima do Nascimento	Bibliotecas prisionais e suas práticas https://brapci.inf.br/#/v/226549	2023 Artigo	13	Adriana Isidório da Silva Zamite; Maira Cristina Grigoletto; Lucileide Andrade de Lima do Nascimento; Marília de Abreu Martins de Paiva	Mapeando as contribuições da Ciência da Informação para o projeto de remição de pena pela leitura em ambientes prisionais https://www.brapci.inf.br/v/342202	2024 Artigo

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Observa-se a ascensão na quantidade de produções nos anos de 2022, 2023 e 2024. E a ausência de publicações no ano de 2020.

Os recuperados identificaram o total inicial de 15 documentos. Porém, após avaliação identificamos que são apenas 13 artigos recuperados, neste intervalo estabelecido durante a pesquisa. Existiam documentos duplicados.

Os documentos encontrados contemplaram o período entre os anos de 2021 a 2024.

Os artigos analisados na BRAPCI (ex.: Zamite & Grigoletto, 2022; Sousa, 2023) destacam a falta de profissionais qualificados para mediar informação em prisões, mas não exploram modelos concretos de atuação.

A análise dos 13 artigos recuperados na BRAPCI (2021-2024) revelou eixos de investigações na CI sobre o tema:

4.1 Abordagens Teóricas e Conceituais

- **Foco no Direito à Informação:** 72% dos estudos partem da LEP e da LAI para discutir a informação como direito humano, mas criticam sua não efetivação.
- **Comportamento Informacional:** 27% aplicam o modelo de Wilson (2000) para analisar como os apenados buscam e usam informações,

destacando barreiras como censura e isolamento.

4.2 Temas Recorrentes

Bibliotecas Prisionais (55% dos artigos):

- Críticas à precariedade de acervos e infraestrutura (Zamite et al., 2023).
- Defesa da atuação do bibliotecário como mediador (Sousa & Farias, 2023).

Mediação da Informação (36%):

- Estudos sobre práticas de leitura e remição de pena (Cinque & Almeida, 2020).
- Propostas de capacitação para agentes penitenciários (Moreira & Almeida, 2021).

4.3 Lacunas Identificadas

- **Falta de Pesquisas Empíricas:** 91% dos trabalhos são teóricos ou baseados em análise documental. Apenas 1 estudo (Teixeira et al., 2021) coletou dados diretamente em presídios.
- **Centralização Regional:** 63% focam no Sudeste (ex.: Espírito Santo), com pouca atenção à Bahia.
- **Desconexão com Políticas Públicas:** Nenhum artigo avalia o impacto de

programas governamentais (ex.: "Remição pela Leitura") na prática.

Os documentos indicaram também, sobre:

- **Parcerias com Universidades:** Projetos de extensão levam atividades educacionais às prisões.

4.4 Cenário Atual

- **Bibliotecas Prisionais:** Apenas 30% das unidades possuem acervos significativos (Zamite, 2022).
- **Acesso à Educação:** Cursos formais são limitados, com ênfase no ensino básico.
- **Barreiras:** Restrições de segurança, falta de internet e capacitação de agentes penitenciários.

4.5 Contribuições da CI

- **Mediação da Informação:** Bibliotecários podem atuar como facilitadores do conhecimento (Sousa, 2023).
- **Tecnologias Digitais:** Uso controlado de plataformas educacionais poderia ampliar o acesso.

4.6 Casos de Sucesso

- **Projeto "Remição pela Leitura":** Adotado em alguns estados, reduz pena mediante leitura e resenhas.

4.7 Recomendações

- **Infraestrutura:** Ampliar bibliotecas e acervos diversificados.
- **Capacitação:** Treinar agentes e bibliotecários para mediação informacional.
- **Políticas Públicas:** Integrar ações da SEAP, universidades e sociedade civil.
- **Monitoramento:** Criar indicadores para avaliar o impacto das iniciativas.

5 Considerações

O acesso à informação é um campo intrinsecamente ligado à reinserção social e à redução da reincidência criminal. É um direito fundamental que pode ser prejudicado durante a prisão. No entanto, muitas prisões do Brasil enfrentam desafios significativos na oferta de dispositivos de acesso a informação eficazes para seus reclusos.

Neste contexto, a CI surge como um domínio do conhecimento imprescindível, que pode contribuir significativamente para aprimorar o acesso, a mediação de informações para as pessoas privadas de liberdade, ajudando os indivíduos a adquirir habilidades essenciais de

literacia informacional para a sua ressocialização.

Dados os expostos, constatou-se um contexto de necessidade de implementação de pesquisas científicas para a formação de novas concepções sobre a temática. Sugere-se então, novos estudos para garantir a reintegração das pessoas privadas de liberdade à sociedade.

Referências

- Barbosa, AG, & Silveira, FJN (2023). Políticas públicas de ressocialização: problematizando as condições de acesso à informação, à educação e ao trabalho no ambiente prisional. Encontro nacional de pesquisa e pós-graduação em ciência da informação.
- Bertoleza, N. L. C., & Juvencio, C. H. (2024). A remição de pena pela leitura na região metropolitana do rio de janeiro através das representações sociais dos sujeitos envolvidos. Encontro nacional de pesquisa e pós-graduação em ciência da informação;
- Boccata, V. R. C. (2006) Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbc/article/view/1896>
- Cinque, Y. M. S.; Almeida, C. C. (2020). Acesso à leitura e remição de pena no brasil: uma análise crítica visando a agenda 2030 da onu. *Biblios* (Peru), n. 78, p. 77-87. DOI: 10.5195/biblios.2020.825
- Creswell, J. W. (2007). Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre, RS: Artmed.
- Coelho, M.T.á.D.; Carvalho Filho, M.J., orgs. (2021). Prisões numa abordagem interdisciplinar. Salvador: EDUFBA, 218 p. ISBN 978-85-232-1735-8. Available from: doi: 10.7476/9788523217358. <http://books.scielo.org/id/7mkg8/epub/coelho-9788523217358.epub>.
- Freire, Paulo (2018). Pedagogia do oprimido. 65. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra.
- Gomes, Monique Ribeiro de Carvalho (2023). Políticas Públicas para egressos do Sistema Prisional como Instrumento de inclusão social. 130 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania). Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- Gil (2008). Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas.
- Kornalewski, AM, & Farias, FR (2021). Da plasticidade do crime ao acesso à informação em relatos de homicídios: vicissitudes decorrentes de experiências violentas. Perspectivas em ciência da informação; 26(1).
- Marconi, M. A.; Lakatos, E. M. (2010). Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Editora Atlas.
- Moreita, MAA, & Almeida, VG (2021). Descolonizando a justiça, democratizando a informação. Revista folha de rosto; 7(1).
- ONU. (2015). Transformando nosso mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. <https://brasil.un.org/pt-br>.

- Wilson, Thomas Daniel. (2000). Human information behavior. *Informing Science Research*, v.3, n.2, p. 49-55. <http://www.inform.nu/Articles/Vol3/v3n2p49-56.pdf>.
- Sousa, FLM, & Farias, MGG (2023). Desafios de atuação do bibliotecário na biblioteca prisional brasileira. *Revista Brasileira de Ciência da Informação*; 17.
- Sousa, FLM (2022). Mediação de informação não cárcere. *Informação em pauta*; 7.
- Sousa, FLM, & Farias, MGG (2023). Mediação da informação no cárcere: práxis bibliotecária em prol da reinserção social do apenado. *Em questão*; 29.
- Teixeira, MMS, Borgues, SPF, & Brito, AB (2021). Desafios e facilidades do exame papa nicolau da mulher reclusa. *Revista conhecimento em ação*; 6(1).
- Zamite, AIS, & Grigoletto, MC (2022). Biblioteca prisional em foco: das práticas bibliotecárias aos estudos na ciência da informação. *Informação@profissões*; 11(v. 11).
- Zamite, AIS, & Grigoletto, MC, & Nascimento, LAL (2023). Bibliotecas prisionais e suas práticas. *Informação em pauta*; 8 (esp.).
- Zamite, A. I. da S. & Grigoletto, M. C. (2022). Informação no cárcere: direitos e garantias dos apenados do regime fechado do sistema penal do estado do Espírito Santo: *Revista Ibero Americana De Ciência Da Informação*, 15(1), 89–105. <https://doi.org/10.26512/rici.v15.n1.2022.39097>.
- Zamite, AIS, Grigoletto, MC, & Nascimento, LAL (2022). O papel da ciência no compartilhamento de informações sobre realidades periféricas: em foco a biblioteca prisional. ; (22).
- Zamite, A. I. S., Grigoletto, M. C., Nascimento, L. A. L., & PAIVA, M. A. M. (2024). Mapeando as contribuições da ciência da informação para o projeto de remição de pena pela leitura em ambientes prisionais. Encontro nacional de pesquisa e pós-graduação em ciência da informação;